

#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 0118/2018

O Município de Tibagi, Estado do Paraná, torna público que às <u>9 HORAS</u> do dia <u>12 DE NOVEMBRO DE 2018</u>, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada à praça Edmundo Mercer nº 34, nesta cidade, será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO**, do tipo "MAIOR LANCE OU OFERTA", cujo objeto é a concessão onerosa de uso de espaço público, mediante contrato, destinado à exploração dos espaços reservados no Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade, conforme descrito no presente Edital e seus anexos.

O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

### 1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a concessão onerosa de uso de espaço público, mediante contrato, destinado à exploração dos espaços reservados no Parque Linear Reinhard Maack, conforme especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital.

**1.1** - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação será feito por maior lance ou oferta.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos,
- 2.2 Não será admitida, neste Pregão, a participação de:
- a) Empresas constituídas em consórcios.
- **b)** Empresas que se encontre em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam como direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que tenham sido declaradas inidôneas.



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

**c)** que possua em seu quadro social, como acionista majoritário, controlador ou sócio-administrador, pessoa com vínculo de parentesco e linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau inclusive, de agentes políticos municipais – prefeito, vice, vereadores e secretários – bem, como de pregoeiro, membros de sua equipe de apoio e da comissão de licitações.

### 3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **3.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente Pregão, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, na Prefeitura Municipal, cabendo ao Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **3.2** Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 3.3 Não serão aceitas impugnações enviadas por e-mail.

## 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro (a), devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº 3.555, de 2000.
- **4.2** Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- **4.3** Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:
- I cópia, autenticada, da cédula de identidade, ou qualquer outro documento oficial;
- II Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, no mínimo para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, ou
- III cópia, autenticada, do contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou no caso de empresa individual, registro comercial, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- ${f IV}$  Declaração de condição de ME ou EPP, firmada pelo representante legal da empresa (modelo  $n^{o}$  2) se for o caso.
- **4.5** O licitante que enviar os envelopes, antecipadamente ou no dia da sessão, sem representante credenciado, deverá enviar também, em envelope separado, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Modelo nº 1 deste edital) e a declaração de condição de ME ou EPP (Modelo nº 2 deste edital), se for o caso.
- **4.6** Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.
- **4.7** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, porém impedirá o suposto representante de praticar atos no certame licitatório, em nome da empresa.
- **4.8 -** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

### 5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS

- **5.1** Cada licitante deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro (a):
- **5.1.1** Declaração, em separado dos envelopes, de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme modelo constante neste Edital.
- **5.2** A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e lacrados, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI

PREGÃO PRESENCIAL № 0..../2018

LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_

ENVELOPE № 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) ou

ENVELOPE № 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

- **5.3** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro (a), membro da Equipe de Apoio ou servidor do Município de Tibagi.
- **5.4** As cópias autenticadas dos documentos apresentados, mas consideradas ilegíveis ou que deixarem dúvidas quanto a sua idoneidade, serão conferidas com os originais, obrigatoriamente, no ato de sua apresentação.



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

### 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE № 1)

- **6.1** A proposta de preço deverá ser apresentada rubricada pelo representante legal em todas as folhas e assinatura, nome, endereço, CNPJ, inscrição estadual ou municipal, número do Edital, Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital e o valor mensal;
- **6.1.2** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
- **6.1.3** Prazo de contratação: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei 8666/93.
- **6.2** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **6.3** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- **6.4** A simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

### 7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE № 2)

- 7.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter:
- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- **b)** Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou no caso de empresa individual, registro comercial. Em todos os casos com o ramo de atividade coincidente com o objeto licitado;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- **d)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- g) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União;
- h) Certidão Negativa Municipal, da sede do proponente;
- i) Certidão Negativa do Município de Tibagi;
- j) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- l) Declaração que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo nº 3).
- **m)** Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação (modelo nº 4).
- **n)** Declaração de não parentesco (modelo nº 5).
- **7.2** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **7.3** Os documentos relacionados na alínea "a" e "b" do subitem 7.1. não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 8. MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

- **8.1** A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) estarão sujeitas a todas as regras estabelecidas neste edital para a habilitação.
- **8.2** Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, entregues dentro do envelope nº 2, relativos a ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do PREGOEIRO (A), para a regularização da documentação fiscal.
- **8.3** A prorrogação do prazo para a regularização da documentação fiscal dependerá de requerimento tempestivo do licitante, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao PREGOEIRO (A).
- **8.4** A não regularização da documentação fiscal no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

Federal nº 8.666/1993, sendo facultado ao PREGOEIRO (A) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Prefeitura para revogação.

#### 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

- **9.1** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, após a abertura da sessão do certame licitatório, cada licitante, quando solicitada, entregará ao Pregoeiro (a) os documentos abaixo relacionados:
- I Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso II abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme modelo sugestão contido neste Edital;
- **II -** Em envelopes distintos, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope nº 1) e Documentos de Habilitação (envelope nº 2).
- **9.2** Tão logo tenha sido declarada aberta a sessão e recebidos os documentos exigidos na licitação, ao Pregoeiro (a) comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- **9.3** Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos no presente Edital, ao Pregoeiro (a) concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos de credenciamento dos representantes das licitantes, exame este iniciado antes da abertura da sessão.
- **9.4** Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, ao Pregoeiro (a) promoverá a abertura dos envelopes que contém as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas.
- **9.5** Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro (a).

### **10. DO JULGAMENTO**

O julgamento das propostas será realizado em duas etapas, a saber:

**I - Etapa de Classificação**, que compreenderá a ordenação das propostas de preço de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada quanto ao objeto e valor.



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **II Etapa de Habilitação**, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.
- 10.1 Etapa de Classificação das Propostas:
- **10.1.1 -** Serão abertos os envelopes "Proposta de Preço" de todas as licitantes.
- **10.1.2** Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- **10.1.3 -** O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de maior preço, para que seus autores participem dos lances verbais.
- **10.1.4** Em seguida, o Pregoeiro iniciará a fase de apresentação de lances verbais convidando as licitantes a ofertarem individualmente, de forma sucessiva, em valores distintos, a partir da proposta escrita e classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente.
- **10.1.5** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.
- **10.1.6** Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.
- **10.1.7 -** Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de maior preço e o valor estimado para a contratação.
- **10.1.8** Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.
- **10.1.9 -** Nas situações previstas neste edital o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.
- **10.1.10** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções constantes deste Edital.
- **10.1.11** Em caso de divergência entre informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.
- **10.2** Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação:



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **10.2.1** Efetuados os procedimentos previstos neste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.
- **10.2.2** Será inabilitada a licitante que não apresentar toda a documentação exigida neste Edital.
- **10.2.3 -** Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora.
- **10.2.4** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta classificada subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- **10.2.5** Na hipótese do subitem anterior, a licitante deverá ter a documentação de habilitação válida na data da sessão pública.
- **10.2.6** Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.
- 10.2.7 Ao final da sessão do Pregão, na hipótese do objeto ser adjudicado pelo Pregoeiro à licitante declarada vencedora, serão encaminhados, posteriormente, os autos ao senhor Prefeito Municipal para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao senhor Secretário Municipal de Administração para julgamento e, em caso de não provimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

#### 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **11.1** Ao final da sessão, depois de declarada a licitante vencedora do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, que deverão ser pertinentes ao certame licitatório, podendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **11.2** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da



# Prefeitura do Município de Tibagi

#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

licitação pelo Pregoeiro (a) à licitante vencedora, conforme inciso XX do Art. $4^{\circ}$  da lei  $n^{\circ}$  10.520, de 2002.

- 11.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.
- **11.4** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **11.5** Julgados os recursos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o senhor Prefeito Municipal fará a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.
- **11.6** A fase recursal será formalmente anunciada pelo Pregoeiro (a) que consultará as licitantes representadas sobre sua intenção de recorrer e declarará, expressamente, que só serão conhecidos os recursos interpostos ao término da sessão.
- **11.7** Também não serão conhecidas as contra-razões a recursos intempestivamente apresentadas.
- **11.8** Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da lei nº 8.666, de 1993, caberão:
- **I Recurso**, interposto no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado na Prefeitura Municipal, nos casos de:
- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;
- c) aplicação da sanção prevista neste Edital.
- **II Pedido de reconsideração** da aplicação da pena prevista neste Edital, interposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- **III Representação**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- **11.9** Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

### 12. DA CONTRATAÇÃO

**12.1** - As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por meio de contrato firmado com o Município, doravante denominado Contratante, e a licitante vencedora, que observará os termos da lei nº 8.666, de 1993, da lei nº 10.520, de 2002, do decreto nº 3.555, de 2000, deste Edital e demais normas pertinentes.



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **12.2** A licitante vencedora será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, assinar o contrato.
- **12.3** Se a licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sujeitando-se a licitante desistente às sanções administrativas previstas neste Edital, observando-se com relação a cada nova licitante convocada.
- **12.4** Antes da assinatura do contrato, a comprovação de regularidade do cadastramento pelo Contratante, por meio de consulta aos seus arquivos, devendo seu resultado ser informado no processo.
- **12.5** Se uma licitante homologada não apresentar situação regular no ato da contratação ou recusar-se injustificadamente a assinar o contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### 13. DO VALOR MÍNIMO

- 13.1 O valor mínimo da licitação é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
- **13.2 -** O objeto do presente Edital será contratado pelo MAIOR PREÇO OFERTADO e apresentado na proposta final da licitante vencedora.

#### 14. DO PAGAMENTO

O pagamento do valor homologado na licitação deverá ser efetuado mensal, até o décimo dia útil do mês subseqüente, contados a partir da data da assinatura do contrato, em agência bancária autorizada.

### 16. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **16.1 -** A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um servidor da Secretaria Municipal de Turismo.
- **16.2** A fiscalização será exercida no interesse da Contratante, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

## 17. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

O prazo de contratação e vigência do Instrumento Contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado termos da lei 8666/93.

#### 18. DAS PENALIDADES

- **18.1** A proponente sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais da Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e responsabilidades civil e criminal:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- **c)** Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos prevista na Lei Federal nº 10.520/2002;
- **d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **18.2** As multas mencionadas no subitem 15.1, serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito cobrado mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.
- **18.3** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

### 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **19.1** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração.
- **19.2** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.
- **19.3** É facultada ao Pregoeiro (a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **19.4** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- **19.5** A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.
- **19.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na sede administrativa do Município, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- **19.7** O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- **19.8** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- **19.9** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o foro da Comarca de Tibagi.
- **19.10** Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.
- **19.11** Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro (a), na Secretaria Municipal de Administração, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, no endereço abaixo, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3916-2129 ou pelo *e-mail* licitacao@tibagi.pr.gov.br.
- **19.12** Cópia do presente Edital e seus Anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 8:00 às 11:30 e de 13:00 às 17:30 horas, no endereço acima e no *site* da internet <a href="www.tibagi.pr.gov.br">www.tibagi.pr.gov.br</a>.
- **19.13** A apresentação de proposta implicará plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 19.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.
- **19.15** Fazem parte integrante deste Edital:



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- a) Anexo I Termo de Referência;
- b) Modelo nº 1 Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- c) Modelo nº 2 Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;
- d) Modelo nº 3 Modelo de Declaração de não-emprego de mão-de-obra de menor;
- e) Modelo nº 4 Declaração de inexistência de fato superveniente;
- f) Modelo nº 5 Declaração de não parentesco;
- g) Anexo II Minuta de Contrato
- h) Anexo III Croqui das lojas

Tibagi, em 24 de outubro de 2018.

RUBENS EUGÊNIO LEONARDI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



# Prefeitura do Município de Tibagi

#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2018

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento contém as especificações técnicas necessárias à concessão onerosa de uso de espaço público, destinado à exploração dos espaços reservados no Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade.

### 2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a concessão de espaços públicos onde será instalada, também, a Secretaria Municipal de Turismo e o Centro de Atendimento ao Turista, tendo em vista os espaço disponíveis para a instalação de lanchonete, operadora de turismo ou loja de artesanato e s..., par atender a demanda de todos os frequentadores da orla do Rio Tibagi, no Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade.

#### 3. METODOLOGIA

Os serviços serão contratados por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei  $n^{o}$  10.520, de 17 de julho de 2002, pelo decreto federal  $n^{o}$  3.555, de 08 de agosto de 2000, pela lei  $n^{o}$  8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

## 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A escolha da modalidade de Pregão Presencial para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração.

## 5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a concessão onerosa de uso de espaço público, destinado à exploração dos espaços reservados no Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade.



# Prefeitura do Município de Tibagi

#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

ITEM	QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR MÍNIMO
1	1	Concessão de uso de espaço público, destinado à exploração	300,00
		comercial do espaço reservado a lanchonete, localizada no	
		Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade, com área total	
		de 12 m², (sala 2 – conforme Anexo III)	
2	1	Concessão de uso de espaço público, destinado à exploração	300,00
		comercial do espaço reservado a venda de artesanato e	
		souveniers, agência ou operadora de turismo, localizada no	
		Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade, com área total	
		de 12 m², (sala 3 - conforme Anexo III)	
3	1	Concessão de uso de espaço público, destinado à exploração	300,00
		comercial do espaço reservado a venda de artesanato e	
		souveniers, agência ou operadora de turismo, localizada no	
		Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade, com área total	
		de 12 m², (sala 4 - conforme Anexo III)	
4	1	Concessão de uso de espaço público, destinado à exploração	300,00
		comercial do espaço reservado a lanchonete, localizada no	
		Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade, com área total	
		de 12 m², (sala 5 - conforme Anexo III)	
5	1	Concessão de uso de espaço público, destinado à exploração	300,00
		comercial do espaço reservado a lanchonete, localizada no	
		Parque Linear Reinhard Maack, nesta cidade, com área total	
		de 12 m², (sala 6 - conforme Anexo III)	

- **5.1** A Cessionária deverá arcar com as despesas de energia elétrica, água e esgoto consumidos na área, no entanto, será acrescido 15% (quinze por cento) ao valor mensal do contrato, cujos valores serão recolhidos mensalmente, até o  $10^{\circ}$  (décimo) dia útil do mês subsequente, por meio de Guia de Recolhimento do Município, que será emitida pela Secretaria Municipal de Finanças.
- **5.2** A Cessionária deverá adequar as instalações no prazo de até 45 (quarenta e cinco), contados a partir do contrato.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **6.1** A CONCEDENTE obriga-se a:
- **6.1.2** Observar para que durante a vigência contratual sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **6.1.3** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato;
- **6.1.4** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CESSIONÁRIA;
- **6.1.5** Aplicar as penalidades administrativas, em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de cláusulas contratuais.

## **6.2** - A **CESSIONÁRIA** obriga-se a:

- **6.2.1 -** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **6.2.2** Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados, culposa ou dolosamente, quando em serviço, nas áreas cobertas por esta concessão;
- **6.2.3 -** Responsabilizar-se pela guarda e segurança de todos os bens e pertences disponíveis nas dependências da lanchonete/loja;
- **6.2.4 -** Cumprir todas as exigências determinadas por órgãos/Entidades Fiscalizadoras da Saúde Pública no tocante as atividades desenvolvidas;
- **6.2.5** Realizar as benfeitorias que julgue necessárias, com anuência da Administração, ao bom funcionamento das instalações, não lhe cabendo, neste caso, qualquer tipo de indenização, mediante anuência da CONCEDENTE;
- **6.2.6** Responsabilizar-se por quaisquer ônus que recaírem ou vierem a recair sobre a área e os serviços nela explorados, inclusive tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, bem como encargos sociais e trabalhistas de seus empregados;
- **6.2.7 -** Desocupar, de imediato, a área cedida, restituindo-a em perfeitas condições de uso, quando findo o prazo da cessão ou quando revogado o contrato;
- **6.2.8 -** Encerrar imediatamente qualquer atividade que venha a ser proibida por órgão competente;
- **6.2.9** Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato a ser firmado;
- **6.2.10 -** Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva das instalações, a fim de que as mesmas permaneçam em perfeito estado de conservação e funcionamento, arcando, inclusive, com as despesas de substituições de lâmpadas e todos os dispositivos das instalações elétricas e hidráulicas;



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

**6.2.11** - A CESSIONÁRIA deve primar pela higiene nas áreas de preparação e manipulação dos alimentos, bem como pela manutenção da lanchonete, área de atendimento e cozinha, devendo os mesmos estarem rigorosamente limpos.

Tibagi, 24 de outubro de 2018

RUBENS EUGÊNIO LEONARDI Secretário Municipal de Administração



## ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

## MODELO Nº 01

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

## DECLARAÇÃO DE CUPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

,(razão social da empresa), inscrita no CNPJ
, (endereço completo) por
) Sr.(a) infra-assinado,
a Carteira de Identidade e órgão emitente
, para cumprimento do previsto no inciso
7/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002,
namente os requisitos de habilitação exigidos no
de de 2018
ue ue 2018
entante legal)



## ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

### MODELO Nº 02

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

# DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

, (razão social da empresa), inscrita no CNPJ N.º						
com sede na, (endereço completo) por intermédio de						
seu representante legal, o(a) Sr.(a) infra-assinado, cargo						
, portador(a) da Carteira de Identidade e órgão emitente						
e do CPF/MF n $^{ ext{o}}$ , declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos						
legais para qualificação como (indicar a condição na qual a						
empresa se enquadra: Microempresa - ME <u>ou</u> Empresa de Pequeno Porte - EPP),						
conforme previsto no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que não está						
sujeita a quaisquer dos impedimentos do $\S~4^{ m o}$ deste mesmo artigo, estando apta a usufrui ${ m i}$						
do tratamento favorecido estabelecido, no que couber, nos artigos 42 a 49 da citada lei.						
,dede 2018.						
Nome e assinatura <b>de representante legal do</b> licitante						



## ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

### MODELO Nº 03

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

## DECLARAÇÕES DE NÃO-EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

,(razão social da empresa), inscrita no CNPJ N.º
com sede na, por intermédio
de seu representante legal, o(a) Sr.(a) infra-assinado,
portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF/MF nº,
para os fins de habilitação no Pregão nº 011/2011, DECLARA expressamente que para fins
do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei $ m n^0$ 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela
Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e, ainda, no Decreto nº 4.358, de 5 de setembro de
2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesseis anos;
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).
,de de 2018
(representante legal)



## ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

## MODELO Nº 04

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

O signatário da presente, em nome da proponente, para
todos os fins legais e necessários, declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos
da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32
parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações:
, em dede 2018
(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



## ESTADO DO PARANÁ

 $Pc. \ Edmundo\ Mercer,\ 34-Fone:\ (42)\ 3916-2200-84300-000-Tibagi-PR-\underline{www.tibagi.pr.gov.br}$ 

## MODELO Nº 5

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 000/2018

# DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

0 signa	atário da presente, em nome da p	proponente	, para				
todos os fins legais e r	necessários, declara que seus diri	gentes/sócios ou res <sub>l</sub>	oonsáveis legais				
abaixo relacionados n	ão possuem grau de parentesco l	inha reta, colateral o	u por afinidade,				
até o segundo grau i	nclusive, com ocupantes de carg	go de agentes político	os municipais –				
prefeito, vice, vereado	res e secretários – bem como de p	oregoeiro, membros d	le sua equipe de				
apoio e da comissão de	e licitações.						
•	,						
Composição do Quadro							
NOME	CPF	Nº DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL	DATA DO REGISTRO				
Por ser verdade e clareza firmo a presente, do que dou fé, em dede 2018							
	(representante lega	 l)					



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

#### **ANEXO III**

## TERMO DE PERMISSÃO № 00../2018

TERMO DE PERMISSÃO **DE DIREITO REAL DE**USO **DE IMÓVEL PÚBLICO QUE ENTRE SI**CELEBRAM O *MUNICÍPIO DE TIBAGI* E A
EMPRESA ......, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE TIBAGI, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CGC/MF sob no 76.170.257/0001-53, com sede administrativa à praça Edmundo Mercer no 34, nesta cidade, adiante denominado CEDENTE; e de outro lado a empresa ......., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº ......., estabelecida a rua ......, nesta cidade, neste Estado, CEP 84300-000, adiante denominado PERMISSIONÁRIO, neste ato representado por ......., portador da cédula de identidade n° RG e CPF ......, residente e domiciliada no endereço acima mencionado tendo em vista o resultado do **Pregão Presencial nº 0/2018**, firmam o presente contrato com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, conforme condições que estipulam a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

A permissão, preservado o caráter precário que autoriza ao Poder Público revogá-la e/ou modificá-la por ato unilateral, terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos da legislação vigente.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pela permissão ora autorgada, a CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE o valor certo e ajustado de R\$ ...... (..........) mensais.

3.1 - O pagamento será efetuado mensal, até o décimo dia útil do mês subseqüente, contados a partir da data da assinatura deste, em agência bancária autorizada.

### CLÁUSULA QUARTA - DA PERMISSÃO



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

A presente permissão é concedida em caráter precário, intransferível, sendo vedada a subpermissão, locação ou qualquer outra forma de contrato que desnature o caráter da permissão.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **5.1** A CONCEDENTE obriga-se a:
- **5.1.2** Observar para que durante a vigência contratual sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- **5.1.3** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato;
- **5.1.4** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CESSIONÁRIA;
- **5.1.5** Aplicar as penalidades administrativas, em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de cláusulas contratuais.

### **5.2** - A **CESSIONÁRIA** obriga-se a:

- **5.2.1** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **5.2.2** Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados, culposa ou dolosamente, quando em servico, nas áreas cobertas por esta concessão;
- **5.2.3** Responsabilizar-se pela guarda e segurança de todos os bens e pertences disponíveis nas dependências da lanchonete/loja;
- **5.2.4** Cumprir todas as exigências determinadas por órgãos/Entidades Fiscalizadoras da Saúde Pública no tocante as atividades desenvolvidas;
- **5.2.5** Realizar as benfeitorias que julgue necessárias, com anuência da Administração, ao bom funcionamento das instalações, não lhe cabendo, neste caso, qualquer tipo de indenização, mediante anuência da CONCEDENTE;
- **5.2.6** Responsabilizar-se por quaisquer ônus que recaírem ou vierem a recair sobre a área e os serviços nela explorados, inclusive tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, bem como encargos sociais e trabalhistas de seus empregados;
- **5.2.7** Desocupar, de imediato, a área cedida, restituindo-a em perfeitas condições de uso, quando findo o prazo da cessão ou quando revogado o contrato;
- **5.2.8** Encerrar imediatamente qualquer atividade que venha a ser proibida por órgão competente;



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **5.2.9** Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato a ser firmado;
- **5.2.10 -** Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva das instalações, a fim de que as mesmas permaneçam em perfeito estado de conservação e funcionamento, arcando, inclusive, com as despesas de substituições de lâmpadas e todos os dispositivos das instalações elétricas e hidráulicas;
- **5.2.11** A CESSIONÁRIA deve primar pela higiene nas áreas de preparação e manipulação dos alimentos, bem como pela manutenção da lanchonete, área de atendimento e cozinha, devendo os mesmos estarem rigorosamente limpos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

- 6.1 A CESSIONÁRIA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais da Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e responsabilidades civil e criminal:
- d) Advertência;
- **e)** Multa;
- **c)** Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos prevista na Lei Federal nº 10.520/2002;
- **d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **6.2** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Tibagi, Estado do Paraná, para dirimir as controvérsias oriundas deste Termo, desde que esgotadas todas as vias amigáveis necessárias à composição do litígio.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam as folhas das 02 (duas) vias deste Termo, de igual forma e teor para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo.



## ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

**ANEXO IV** 

**CROQUI** 



#### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2018

RAZÃO SOCIAL					
CNPJ		Inscrição Estadual			
Endereço					
Bairro		СЕР			
CIDADE		ESTADO			
TELEFONE		FAX			
E-MAIL					
Nome do Representante		DATA			
Assinatura					

### Senhor Licitante,

Visando uma comunicação futura entre a Prefeitura do Município de Tibagi e as empresas licitantes, solicitamos aos interessados o preenchimento do recibo de retirada do edital, remetendo no e-mail <a href="mailto:licitacao@tibagi.pr.gov.br">licitacao@tibagi.pr.gov.br</a>.

O não encaminhamento do recibo de retirada exime o Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações.